



Poder, democracia e filantropia decolonial no Sul Global: reflexões sobre a conferência da Rede de Filantropia Africana (African Philanthropy Network)

Nos dias 8 e 9 de novembro, a convite da Global Fund for Community Foundations, tive a oportunidade de participar – junto com Amalia Souza (Fundo Casa) – da Conferência da African Philanthropy Network (Rede de Filantropia Africana) que teve lugar nas Ilhas Maurício, cujo tema central foi *Giving and Power* (Doação e poder, em tradução livre).

No dia anterior, foi realizada uma reunião, organizada pela GFCF, que teve como tema central *Building local resources and shifting power: A regional Exchange on Community philanthropy's potential in Africa* (Construindo recursos locais e transferindo poder: um intercâmbio regional sobre o potencial da filantropia comunitária na África, em tradução livre). O encontro contou com a participação de 25 pessoas que atuam em diversas organizações filantrópicas e/ou da sociedade civil, maioritariamente oriundas de países africanos, tanto anglófonos como francófonos.

Um dos grandes destaques de ambas as reuniões foi não apenas a abordagem de temáticas vinculadas à questão do poder (assunto estratégico e tal vez pouco usual no campo da filantropia), mas também que as “línguas oficiais” foram o inglês e o francês. E este não é um acontecimento menor já que nas diversas conferências no campo das quais venho participando, a “língua oficial” é “normalmente” o inglês que, de fato, é a “língua natural” dos encontros que acontecem no campo filantrópico internacional. O reconhecimento da necessidade de incluir outras línguas (no caso o francês) foi certamente uma das grandes desconstruções da Conferência e da reunião. Levando em conta que existe uma relação direta entre língua e poder, a introdução do francês como uma das línguas oficiais (como eventualmente poderia ser com qualquer outra língua para além do inglês) é um ato político voltado a inclusão, à democratização do acesso de grupos que normalmente não tem a oportunidade de se manifestar e estar presentes nesses espaços de discussão e articulação.

A oportunidade da minha participação e o fato de poder acompanhar os debates foi uma experiência muito enriquecedora de aprendizagem e reflexão até porque considero que a problemática da colonização da filantropia – tema recorrente e transversal nos debates conduzidos durante a Conferência – é um assunto que não se restringe apenas ao continente africano, mas que está presente no Sul Global, com as especificidades próprias de cada formação social.

No caso do Brasil, que evidentemente tem uma forte conexão histórica e cultural com o continente africano – mais de 50% da população brasileira é negra – podemos reconhecer algumas dinâmicas similares no campo filantrópico em ambos contextos. Embora é possível afirmar que a filantropia brasileira apresenta novas tendências a partir do surgimento (embora incipiente) de organizações doadoras locais (ligadas principalmente à filantropia corporativa), ela é ainda de baixa intensidade considerando: a dependência das OSCs (organizações da sociedade civil) locais dos recursos oriundos da filantropia internacional; a existência de uma cultura de doação mais voltada para as áreas de educação e/ou de assistência e menos para os direitos



humanos e a justiça social; o baixo investimento em grupos minoritários e vulneráveis (negros, mulheres, indígenas, dentre outros¹); e a falta da cultura de *grantmaking*², situação que afeta de forma visível a sustentabilidade política e financeira de OSCs de pequeno e médio porte e de grupos de base comunitária (principalmente daquelas que atuam no campo dos direitos).

A partir das tendências apresentadas, é possível afirmar que a filantropia africana tem características comuns com a brasileira já que evidentemente existe uma visível dependência da filantropia internacional, tanto com relação aos recursos financeiros, como às agendas já que normalmente são elas as que costumam pautar as estratégias, temas e focos das políticas de apoio e doação. Não é a nossa intenção aqui colocar uma tensão ou dicotomia entre a filantropia local e a internacional (até porque ela desempenha um papel estratégico no atual cenário político brasileiro). Muito pelo contrário, já que o desafio é pensar de forma conjunta em como viabilizar articulações e dinâmicas voltadas para o fortalecimento e crescimento dos campos filantrópicos locais, a partir da promoção de um diálogo ampliado com atores estratégicos multisetoriais, e principalmente com aqueles grupos que estão na arena há tempos e que se distinguem da forma tradicional de fazer política.

Certamente, a agenda da filantropia comunitária promovida pela GFCF, que teve um destaque notório na Conferência, pode ser entendida como uma estratégia que caminha no sentido do diálogo e da coprodução. Quando contribuições locais são colocadas na mesa é criada uma dinâmica de poder diferente, mais horizontal na relação com doadores externos (internacionais), desafiando a dinâmica tradicional do “doador-beneficiário”. Quando recursos locais são mobilizados, surgem novas formas de organização e participação. A filantropia comunitária é baseada na premissa de que todas as comunidades têm seus próprios recursos e talentos (dinheiro, habilidades, conhecimento, redes etc.) e colocados juntos, esses elementos lhes dão poder e voz. Ao contribuírem oferecendo seus próprios recursos, as comunidades começam a se sentir sujeitos autônomos, ativos e capazes de promover e proteger seus interesses coletivos, na construção de um bem comum maior. Nas palavras de Jenny Hodgson, a filantropia comunitária “é uma forma de transferir poder para mais perto da base, para que as populações e atores locais tenham maior controle de seu próprio destino”.

Com a hashtag e o movimento #ShiftThePower – promovido e expandido pela GFCF e as suas redes a partir do encontro de Joanesburgo de 2016 – está se fazendo referência a um poder constituinte entendido como uma força que irrompe, quebra e desfaz todo equilíbrio preexistente (e que é oposta à ideia de ordem, controle e captura próprios do poder constituído)³. Desde esta perspectiva a noção de poder opera como conceito de

¹ De acordo com o Censo Gife (2016), 4% dos investimentos são destinados a mulheres e 2% a grupos étnico-raciais.

²As informações do Censo Gife (2016) apontam a que apenas 16% das fundações e institutos empresariais tem como modalidade predominante de atuação a doação de recursos para organizações sociais e 41% atuam de forma mista, isto é, desenvolvendo seus próprios programas e doando recursos a terceiros.

³ NEGRI, A., Poder Constituinte. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



potência, como um poder de criação do comum, de novas formas de vida e de organização coletiva, de multiplicação de forças já que são os coletivos (ou coletividades/comunidades) os que indicam até onde vai sua própria potência de agir e de resistir. (“Eles não têm apenas uma causa. Eles são a causa. Eles são os sujeitos do discurso e das ações, porque são os seus corpos que sofrem com as necropolíticas vinculadas à exploração humana e ambiental”⁴ inclusive também pela sua condição de estarem excluídos de “ter direito aos direitos”⁵).

A Conferência também mostrou a importância e o poder das redes na construção das filantropias locais e certamente a nossa presença foi relevante já que a Rede Brasileira de Filantropia para a Justiça Social representa uma experiência significativa nesse cenário, cuja atuação está prioritariamente voltada para o apoio e fortalecimento da sociedade civil e, portanto, da democracia. Mas também, ter tido a oportunidade de conhecer a experiência da APN foi fundamental para pensar na possibilidade de construir no contexto latino-americano uma rede de redes, uma verdadeira teia de fundos e fundações locais e internacionais voltada a fortalecer a filantropia e cultura de doação na região. Voltei da conferência inspirada. Agora fica o desafio de pensar em como avançar com essa iniciativa no futuro próximo.

Graciela Hopstein. Coordenadora executiva da Rede de Filantropia para a Justiça Social

⁴ Fred de Melo Paiva. O Bolsonarismo como ele é. Revista Carta Capital, 21 de novembro de 2018. Disponível em cartacapital.com.br

⁵ Arendt, Hannah, A Condição Humana. Forense Universitária: Rio de Janeiro; 2016.